



Concurso Público n.º CP_04/PdJ/2024

Aquisição de serviços de AOV por 48 meses

CADERNO DE ENCARGOS



PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento de aquisição de serviços de AOV por 48 meses, de acordo com os requisitos técnicos constantes da Parte II deste caderno de encargos.
2. A aquisição dos serviços de AOV por 48 meses compreende 2 (dois) lotes, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles, com a seguinte divisão:

- Lote 1: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido; e
- Lote 2: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Inferior — Híbrido.

Cláusula 2.ª

Preço base

1. O preço global base do presente concurso é de **142 972,32€ (cento e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e dois euros e trinta e dois cêntimos)**, a que acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o montante global máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todos os serviços que constituem o objeto do contrato, sendo que o valor máximo para cada um dos lotes é o seguinte:
 - **Lote 1:** Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido, até ao limite de **102 251,52 €** (cento e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos) a que acresce IVA à taxa legal em vigor; e
 - **Lote 2:** Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Inferior — Híbrido até ao limite de **40 720,80 €** (quarenta mil, setecentos e vinte euros e oitenta cêntimos) a que acresce IVA à taxa legal em vigor.



2. O concorrente **pode** apresentar proposta para qualquer lote, devendo indicar na proposta o lote a que concorre.
3. A estimativa do preço global fixada foi efetuada tendo por base os custos médios unitários, resultantes do histórico de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.
4. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem um preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 3.ª

Vigência do contrato

1. Tendo por base os diferentes lotes, o contrato inicia a sua vigência da seguinte forma:
 - Lote 1: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido: O contrato inicia a sua vigência no dia de entrega das viaturas objeto do contrato e vigora pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo; e
 - Lote 2: Aquisição de Ligeiro de Passageiros – Inferior — Híbrido: O contrato inicia a sua vigência no dia de entrega das viaturas objeto do contrato e vigora pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. Atendendo à relação de custo/benefício que permite a redução de custos com uma locação de duração superior a 36 meses, em cumprimento do disposto no artigo 48.º e no n.º 1 do artigo 440, ambos do CCP, justifica-se ultrapassar o normal prazo de vigência estipulado no Código dos contratos públicos.

Cláusula 4.ª

Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito e o respetivo conteúdo resultará da conjugação do CE com o teor da proposta adjudicada. O contrato a celebrar será composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



- a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelos adjudicatários;
 - e) A proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99 do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101 desse mesmo diploma legal.

CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE



Cláusula 5.ª

Obrigações do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) A obrigação de execução dos serviços nos termos e condições estabelecidos no Caderno de Encargos e sua Parte II e proposta adjudicada, dentro do prazo fixado;
 - b) Entregar as viaturas decorrentes do objeto de contrato em estado novo e em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam e dotadas de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento:
 - No caso do Lote 1: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido **no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias** após a notificação da adjudicação; e
 - No caso do Lote 2: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Inferior — Híbrido previsivelmente **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias** após a notificação da adjudicação.
 - c) Entregar a documentação contratual obrigatória para circulação das viaturas dentro do fixado por lei;
 - d) O cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer anomalia, defeito ou discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, e das garantias a ela relativas, que existam durante a execução do contrato.
 - e) É aplicável aos contratos de aquisição de serviços, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à sua conformidade, nos termos dos artigos 444.º a 446.º do CPP e demais legislação aplicável.
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento das obrigações



referidas no número anterior, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores, torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Cláusula 6.ª

Modo de execução e local de entrega

1. Num prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de entrega do bem objeto do contrato, o adjudicatário deve informar as características de cada uma das viaturas alocadas como: **(i)** marca; **(ii)** modelo; **(iii)** matrícula; **(iv)** cor; e **(v)** tipo de combustível, para os endereços de correio eletrónico patrimonio@provedor-jus.pt e secretaria.geral@provedor-jus.pt.
2. As viaturas objeto do contrato a celebrar tendo por base o Lote 1: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido serão entregues, na área de Lisboa, num prazo de máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a notificação da adjudicação, aos motoristas da Provedoria de Justiça que as forem levantar.
3. As viaturas objeto do contrato a celebrar tendo por base o Lote 2: Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Inferior — Híbrido serão entregues, na área de Lisboa, num prazo de máximo de 120 (cento e vinte) dias após a notificação da adjudicação, aos motoristas da Provedoria de Justiça que as forem levantar.
4. Com as viaturas, o adjudicatário entrega toda a documentação obrigatória, mesmo que provisória, por forma a que as mesmas estejam aptas a circular em conformidade com os requisitos exigidos por lei, e elementos referidos nas cláusulas técnicas da Parte II deste Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

Despesas e encargos

1. Todas as despesas ou encargos em que o cocontratante tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados ao contraente público, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.



2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do contratante, o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 10.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura através de contratos de seguro da atividade que exerce.
2. A Provedoria de Justiça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Cláusula 11.ª

Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente



a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 12.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Provedoria de Justiça, deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual apresentado pelo(s) concorrente(s) contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Provedoria de Justiça, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, se necessário, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais, impostos ou taxas (excluindo o IVA), bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.
4. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

Cláusula 13.^a

Condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor constante das faturas enviadas mensalmente, relativas aos serviços prestados, que incluirá todas as despesas inerentes à execução dos mesmos, sem exceções.



2. As quantias devidas pela Provedoria de Justiça, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, este comunicará ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do prestador de serviços, devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. As faturas são emitidas em nome de Provedoria de Justiça, Divisão de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, sito na Rua Marques da Fronteira, 1069-452 Lisboa, onde devem constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos: **número sequencial de nota de encomenda e o número de Compromisso**.
6. No início de cada ano civil, durante a vigência do contrato, a Provedoria de Justiça, envia ao adjudicatário, através de correio eletrónico, nota de encomenda e respetivo número de compromisso atualizados.
7. Para cumprimento do disposto no artigo 299.º-B do CCP, na sua atual redação, a Provedoria de Justiça utiliza a plataforma da faturação eletrónica FE-AP da ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (<https://www.feap.gov.pt>).
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 14.ª

Gestor do Contrato

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.
2. O cocontratante deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne à execução objeto do contrato, o qual servirá de interlocutor entre o contraente público e o cocontratante para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o cocontratante deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

CAPÍTULO III

SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 16.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultante do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento das características técnicas objeto do procedimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante, via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega, com aviso prévio de 30 dias.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. No caso previsto do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do contraente público, nos termos do disposto no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

Cláusula 20.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão do contrato.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta

Cláusula 21.ª

Colaboração recíproca

Ambas as partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, conforme disposto no artigo 289.º do CCP.

Cláusula 22.ª

Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471º do CCP.

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução dos eventuais litígios emergentes da execução do procedimento objeto do presente procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa do procedimento, ou nos documentos que legalmente o integram, aplicar-se-á o regime previsto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.
2. Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.



3. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.



Parte II

Especificações Técnicas

Cláusula 26.^a

Características técnicas das viaturas

Com o presente procedimento pretende-se a aquisição em regime de AOV pelo período de 48 meses de viaturas com as seguintes características:

Lote n.º 1 – Aquisição de Ligeiro de Passageiros - Médio Superior III — Híbrido:

Características da viatura	Quantidade de viaturas	2
	Peso Bruto	<=3.500
	Categoria	M1
	Carroçaria	Sedan
	Lugares	5
	Portas	4
	Cor	Preto, Cinza Escuro ou Azul Escuro (cor metalizada)
	Tipo/Cor estofos	Tecido/Preto, Cinza Escuro ou Azul Escuro
	Caixa de velocidades	Automática
	Cilindrada	> = 1.350 e <=2.500
	Distancia entre eixos	> = 2.700 e <=2.900
	Comprimento	>=4.600 e <=5.000
	Altura	<=1.650
	Potencia	>=190
	Combustível	Gasóleo + Híbrido convencional ou Gasóleo + Híbrido <i>Plug-in</i>
	Cabos de carregamento	Sim se versão Híbrido <i>Plug-in</i>
	Navegação GPS	Sim
	Sistema de mãos livres Bluetooth	Sim



	Ar Condicionado	Sim
	Camara Traseira de ajuda ao estacionamento	Sim
	Vidros traseiros escurecidos	Sim
	Custo de exploração das emissões poluentes, em especial para emissões de CO2m (g CO2/km)	<=121
Condições (custos a incluir na mensalidade)	Quilometragem contratada	120.000 Km
	Imposto Único de Circulação	Incluído (a cargo do adjudicatário)
	Inspeção Periódica	Incluído (a cargo do adjudicatário)
	Manutenção	Incluída (a cargo do adjudicatário)
Outras condições	A renda máxima inclui: <ul style="list-style-type: none">• Veículo de substituição de segmento equivalente;• Conjunto de 4 pneus por cada 40 000 quilómetros;• Seguro automóvel com responsabilidade Civil de €50.000.000,00;• Seguro automóvel com a cobertura de danos próprios com uma franquia de 2 % (que Inclua: Choque, Colisão, Capotamento, Incêndio, Raio, Explosão, Fenómenos da natureza, Atos de Terrorismo; Vandalismo e Alterações da ordem pública, Quebra Isolada de Vidros e Furto ou Roubo total ou Parcial);• Seguro automóvel com capital de ocupantes de €30 000.	

Lote n.º 2 – Aquisição de Ligeiro de Passageiros – Inferior – Híbrido:

Características da viatura	Quantidade de viaturas	1
	Peso Bruto	<=3.500
	Categoria	M1
	Carroçaria	Carrinha
	Lugares	5
	Portas	5



	Cor	Preto, Cinza Escuro ou Azul Escuro (cor metalizada)
	Tipo/Cor estofos	Tecido/ Preto, Cinza Escuro ou Azul Escuro
	Caixa de velocidades	Automática
	Cilindrada	≥ 600 e ≤ 1.500
	Distancia entre eixos	≥ 2.400 e ≤ 2.800
	Comprimento	≥ 3.800 e ≤ 4.700
	Altura	≤ 1.650
	Potencia	≥ 95
	Combustível	Gasolina + Híbrido convencional ou Gasolina + Híbrido <i>Plug-in</i>
	Cabos de carregamento	Sim se versão Híbrido <i>Plug-in</i>
	Navegação GPS	Sim
	Sistema de mãos livres Bluetooth	Sim
	Ar Condicionado	Sim
	Camara traseira de ajuda ao estacionamento	Sim
	Vidros traseiros escurecidos	Sim
	Custo de exploração das emissões poluentes, em especial para emissões de CO ₂ (g CO ₂ /km)	≤ 121
	Quilometragem contratada	120.000 Km
Condições (custos a incluir na mensalidade)	Imposto Único de Circulação	Incluído (a cargo do adjudicatário)
	Inspeção Periódica	Incluído (a cargo do adjudicatário)
	Manutenção	Incluída (a cargo do adjudicatário)
Outras condições	A renda máxima inclui: <ul style="list-style-type: none">• Veículo de substituição de segmento equivalente;• Conjunto de 4 pneus por cada 40 000 quilómetros;• Seguro automóvel com responsabilidade Civil de €50.000.000,00;	



	<ul style="list-style-type: none">• Seguro automóvel com a cobertura de danos próprios com uma franquia de 2 % (que Inclua: Choque, Colisão, Capotamento, Incêndio, Raio, Explosão, Fenómenos da natureza, Atos de Terrorismo; Vandalismo e Alterações da ordem pública, Quebra Isolada de Vidros e Furto ou Roubo total ou Parcial);• Seguro automóvel com capital de ocupantes de €30 000.
--	---

Cláusula 27.^a

Requisitos adicionais relativos à prestação do serviço de aluguer operacional de veículos

1. Os veículos devem ser entregues em estado novo com um máximo de 200 quilómetros registados, com exceção dos casos em que a distância entre o concessionário e o local de entrega seja superior, não podendo ultrapassar nestes casos os 700 quilómetros.
2. São da responsabilidade do cocontratante todos os impostos e taxas que surjam no decorrer do contrato e que resultem da legislação, enquanto vigorar o contrato, no que diz respeito à propriedade do veículo e à circulação na via pública.
3. São da responsabilidade do cocontratante as alterações resultantes de novas obrigações previstas no Código da Estrada ou outra legislação aplicável, nomeadamente pela inclusão de qualquer equipamento ou acessório obrigatório.
4. O cocontratante deve assegurar a entrega dos veículos conforme definido com o caderno de encargos e nos termos da cláusula 5.^a.

Cláusula 28.^a

Detalhes das propostas

As propostas apresentadas devem:

- Refletir o preço mensal por viatura;
- Refletir o preço anual por viatura;
- Refletir o preço por Km adicional e por Km não percorrido;
- Características da viatura;
- Nível de emissões poluentes;
- Local onde os bens podem ser entregues/levantados (nas instalações da Provedoria de Justiça ou nas instalações do adjudicatário); e

- Local onde os bens podem ser devolvidos no final do contrato (nas instalações da Provedoria de Justiça ou nas instalações do adjudicatário).

Cláusula 29.^a

Acerto de quilómetros no final do contrato

1. No final do aluguer é determinada a quilometragem efetiva da totalidade dos veículos objeto do concurso e em relação a cada um deles serão verificados, os desvios para mais ou para menos de quilometragem efetivamente percorridos (Kms contratados – Kms Percorridos).
2. Se no final do aluguer se verificar que a quilometragem efetivamente percorrida por cada um dos veículos, ultrapassou o número de quilómetros estimados o contraente público pagará ao cocontratante um acréscimo correspondente ao número de quilómetros percorridos a mais na base do preço de custo por quilómetro apresentado na proposta do cocontratante (Kms Percorridos a mais x preço de custo por Kms apresentado na proposta).
3. Verificando-se que a quilometragem efetivamente percorrida por cada um dos veículos, é inferior ao estimado, o cocontratante pagará à entidade adjudicante o montante correspondente ao número de quilómetros percorridos a menos, na base do custo por quilómetro referido na proposta do cocontratante (Kms Percorridos a menos x preço de custo por Kms apresentado na proposta).
4. Os números 2 e 3 da presente clausula, só terão aplicação, se verificados os desvios a que se reporta o número 1, estes forem superiores em 5% para mais ou para menos ao número de quilómetros contratados.
5. Em caso de avaria do conta-quilómetros e independentemente de se promover á sua imediata reparação, os quilómetros serão calculados tendo por base a média de quilómetros realizados diariamente até ao momento da sua avaria imputando-se ao veículo esse número médio diário enquanto a avaria se mantiver.

Cláusula 30.^a

Viatura de substituição

Sempre que se torne necessário recorrer à requisição de viatura de substituição, por a viatura contratada se encontrar inviabilizada de uso em condução pela entidade adjudicante, por questões de manutenção, avaria, roubo ou sinistro, a entidade adjudicatária deve obrigatoriamente fornecer à entidade adjudicante viatura de substituição de segmento e combustão idêntica à viatura contratada.



Cláusula 31.^a

Atesto de combustível e *Adblue*

Enquanto os veículos objeto do contrato estiverem ao serviço da Provedoria de Justiça, o atesto de ou nivelamento de combustível e do aditivo *AdBlue* é da total responsabilidade da Provedoria de Justiça.

Cláusula 32.^a

Recondicionamento das viaturas

1. No final do contrato, todos os danos considerados não decorrentes da deterioração inerente ao prudente uso da viatura são da responsabilidade da entidade adjudicante.
2. São danos considerados decorrentes da deterioração inerente ao prudente uso da viatura todos aqueles que sejam considerados razoáveis em função da idade e quilometragem da viatura.
3. Para aferição dos danos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária deverá solicitar, no final do contrato, uma peritagem a uma entidade independente devidamente acreditada.
4. Com a realização da peritagem deverá ser lavrado um relatório de inspeção de onde constem os danos que não são considerados decorrentes da deterioração inerente ao prudente uso da viatura.
5. A entidade adjudicatária deve comunicar à entidade adjudicante os danos mencionados no número 1 da presente cláusula, no espaço de 60 (sessenta) dias após a receção da viatura em final de contrato.
6. Os custos com os danos mencionados no número 1 da presente cláusula serão tratados como trabalhos complementares, devendo a entidade adjudicatária, após indicação da entidade adjudicante proceder à faturação dos mesmos.
7. A determinação dos danos considerados razoáveis decorrentes da deterioração inerente ao prudente uso da viatura deve estar determinada em manual próprio, que deverá ser disponibilizado à entidade adjudicante aquando da entrega da viatura.
8. O manual mencionado no número anterior, deverá esclarecer as tipologias de danos cobertos e danos faturáveis no final do contrato.

Menção a referências, marcas, características, patentes, tipos, origens ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender se como associadas ao termo "OU EQUIVALENTE"